

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Amazônia / Militares
 Data 26/05/93 Pg.: 70

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Um assunto delicado

A insatisfação nas Forças Armadas — um dado da realidade política que o Governo já não consegue disfarçar — tem como motivação básica a mesma de todo o País: os baixos salários. A crise econômica, como é óbvio, corroeu o poder aquisitivo de toda a sociedade e, em decorrência, não há ninguém propriamente feliz com isso.

Mas, no caso militar, não é só. Há outras questões, de natureza política e administrativa, que remontam ao início dos governos civis, em 1985, e que agravam substancialmente o quadro. A corporação sente-se particularmente desprestigiada em sua participação orçamentária e, sobretudo, desprezada em suas avaliações da realidade geopolítica do País.

Áreas em que tradicionalmente tinham grande influência — como política indigenista, ocupação das fronteiras (sobretudo na Amazônia) e meio ambiente —, foram postas fora de seu alcance. Prevaleceram, nessas matérias, ao longo dos governos civis pós-85 — e assim se mantém até hoje — pontos de vista de ambientalistas e antropólogos, frequentemente em conflito com a visão estratégica dos militares.

O Projeto Calha Norte, por exemplo, de patrulhamento da fronteira Norte do País, foi desativado pelos governos civis e hoje, diante da movimentação de tropas norte-americanas na Guiana — um dado preocupante não apenas sob a ótica militar —, é novamente reclamado. Remontá-lo, hoje, exigiria mais recursos, tal a deterioração estrutural das Forças Armadas.

Questiona-se também, entre os militares, o critério da demarcação das terras indígenas. A dos Yanomami, por exemplo. Nove mil índios receberam uma área de

nove milhões de hectares — o equivalente ao território de Portugal, um país onde vivem dez milhões de pessoas. Dividido por cada um, dá algo como um Plano Piloto para cada índio. Há ainda o detalhe de que essa área demarcada, sob pressão de organizações religiosas e ambientalistas com sede e interesses no exterior, é riquíssima em ouro e minerais estratégicos e abrange vastas regiões de fronteira. Do ponto de vista militar, aqui e em qualquer parte do planeta, uma óbvia heresia.

Nada disso é debitado particularmente ao governo Itamar. Mas a insatisfação, acumulada ao longo dos anos — e que alcança mais intensamente a chamada oficialidade média (capitães e majores) —, começa a ser exteriorizada agora. A questão orçamentária e a geopolítica entrelaçam-se em suas causas e consequências. Por ser maltratada no Orçamento, a instituição militar perdeu condições de operacionalidade. E por perder a operacionalidade, perde peso político. Seu equipamento está obsoleto e, na hipótese de um confronto bélico com país vizinho — que, embora não esteja em pauta, não pode deixar de ser considerada em tese por uma instituição incumbida da segurança nacional —, as chances de triunfo seriam remotas, para dizer o mínimo.

A correção desse quadro envolve procedimentos diversos, que demandam tempo, dinheiro e discussão. Mas, segundo avaliou a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), começaria com algo aparentemente fora dos planos dos formuladores da política econômica do Governo: a triplicação da verba hoje destinada às Forças Armadas, que é de um bilhão de dólares. Um assunto delicado.